

**Resenha crítica do livro: “HOMEM E MULHER OS CRIOU”:
A identidade de gênero na antropologia cristã. Orientações pastorais.
Brasília: Edições CNBB, 2019.**

Fabício Veliq¹

O texto em questão foi solicitado pelos bispos do Conselho Episcopal de Pastoral (CONSEP) da CNBB à Comissão Episcopal de Pastoral para a Vida e a Família como estudo acerca da Ideologia de Gênero. Em seu início, o texto reconhece que “a moral sexual, frequentemente, é causa de incompreensão e de afastamento da Igreja, enquanto é percebida como um espaço de juízo e de condenação”. Com isso em mente, o seu intuito é oferecer “uma palavra clara, humana e empática... por considerar a importância da identidade sexual como um pressuposto fundamental da antropologia cristã” (p.6).

O documento afirma que o conceito ideológico de gênero foi constituído para ser instrumento de desconstrução da identidade (p.6). Afirma que não pretende esgotar o tema com esse estudo, mas tem a intenção de que este sirva de estímulo para outros trabalhos.

O texto afirma que a Ideologia de gênero, sobre a qual diz que é “uma nova teoria acerca da identidade humana” (p.11) é um dos temas que têm sido claramente discutidos na sociedade atual, sendo outro o tema da “justiça e a equidade relativamente às pessoas mais vulneráveis da sociedade”. Ao mesmo tempo, nega que o problema da vulnerabilidade das pessoas tem como única

¹ Doutor em Teologia pela FAJE; Doctor of Theology pela Katholieke Universiteit Leuven; Bacharel e Licenciado em Filosofia pela UFMG.

resposta a abordagem de gênero, sugerindo que a questão de gênero usa os vulneráveis como instrumento retórico.

Com base nisso, o primeiro capítulo do documento fala sobre a Ideologia de gênero. Começa falando sobre o que se convencionou chamar de ideologia de gênero, com base no documento do Pontifício Conselho para a Família e que pretende colocar essa questão de acordo com a “reta razão e a divina revelação”. Parte, então, do pressuposto de que “a identidade sexual está impressa em cada célula do corpo humano”, de maneira que “reduzir a sexualidade à genitalidade para depois desconsiderá-la”, como fazem de maneira frequente aqueles que promovem a ideologia de gênero, “é uma caracterização muito imprópria”, e afirma que dados científicos são contrários a essa ideologia (cf. p.13).

O texto tenta justificar metafisicamente a diferenciação sexual tomando por base Tomás de Aquino, quando este diz que nos animais mais perfeitos, dentre os quais se situa o homem, a potência reprodutiva compete aos dois sexos, que ao se complementarem para gerar, tornam-se uma só coisa. Ancorado no texto de Gênesis, afirma que homens e mulheres se complementam sendo essa complementaridade algo que pertence à essência humana, manifestando-se em seus corpos.

O texto reconhece que a masculinidade e feminilidade são também construções culturais, mas que deve haver o equilíbrio entre a natureza da qual essa corporeidade pertence e a cultura na qual está inserido. Ao mesmo tempo, o texto não ignora o sofrimento “de muitas pessoas cuja identidade não é percebida de acordo com a sua própria constituição física” (p.15), sendo tarefa da Igreja compreender e acompanhar indivíduos e famílias no processo de aceitação, conhecimento e integração no mistério de Cristo. De acordo com o documento da Congregação da Doutrina da Fé, o texto afirma que as pessoas homossexuais devem viver na castidade, unindo-se ao sacrifício da cruz do Senhor.

Para o texto, cancelar a diferenciação sexual só é possível após cancelar a noção de essência e de “eu”, o que não depende somente da nossa consciência de realidade e nossa autoconsciência, mas também do “conhecimento do grande “Eu sou”” (Ex 3,14). Afirma isso sendo contrário à posição de Butler de que não há uma essência que o gênero expresse ou exteriorize. Com isso, conclui dizendo que “a perda da via do ser, em última análise, é a completa perda da via de Deus” (p.16)

O texto faz um histórico muito curto do que chama histórico da ideologia de gênero, claramente confundindo identidade gênero com ideologia de gênero. Busca, após isso entender o conceito de gênero. Para tal, afirma que essa chamada ideologia de gênero propõe “a construção variável da identidade”, por parte do princípio de que não existe alguém por trás das representações ou performances de gênero (cf. p.17). Afirma, assim, que a ideologia de gênero é uma nova teoria sobre a identidade humana, que visa destruir a noção de família e “como não é possível convencer os adultos de que eles não têm identidade, os destinatários principais dessa colonização ideológica são as crianças” (p.19)

147

No capítulo 2, o texto trata da questão da justiça e equidade em relação aos vulneráveis. Nessa parte, inicia afirmando o compromisso da Igreja para com os mais injustiçados e marginalizados, visto que isso está na essência do Evangelho. Diante disso, coloca a questão da mulher, reconhecendo as diversas violências que estas ainda sofrem na atualidade, e cita o Papa Francisco que se coloca em defesa da dignidade das mulheres e aprecia o feminismo quando este “não pretende a uniformidade nem a negação da maternidade” (p.23).

Com relação às pessoas que praticam a homossexualidade, o documento afirma que “toda violência motivada pela discriminação sexual é, em si mesma, depreciável” (p.23). Fala das novas configurações familiares na sociedade e diz que a Igreja é contra qualquer tipo de discriminação, defendendo o respeito de toda pessoa humana, especialmente dos mais fragilizados. Discorda, porém,

daqueles que apresentam a ideologia de gênero como única resposta possível a esses problemas.

No capítulo 3, desejará, então, mostrar que “a complexa temática de gênero, por não corresponder à verdade acerca do humano, não pode ser um instrumento apto para resolver os reais problemas de violência e desigualdade em nossa sociedade” (p.25). Este, por sua vez, recebe como título: “Consequências da ideologia de gênero”.

De início, o capítulo afirma que “embora rechaçada nos âmbitos legislativo e executivo, a ideologia de gênero não cessa de ser espalhada através dos sistemas educacionais, visto que muito se investiu na formação de professores segundo os chamados estudos de gênero” (p.27). Diante disso, o texto aponta quais seriam as consequências do ensino de gênero na sociedade.

A primeira seria as consequências cognitivas. Segundo o documento, o postulado principal da ideologia de gênero é a cisão da relação entre corpo e identidade. Assim, cada indivíduo deve interpretar seu corpo a partir de performances aleatórias. Afirma que na autocompreensão o indivíduo tem duas possibilidades: ou entende que seu corpo é uma legítima expressão da sua identidade, ou que ele não a exprime de modo adequado, e diz que os defensores da ideologia de gênero afirmam que a primeira é antinatural e a segunda seria natural. O documento diz, então, que essa ideologia de gênero quer dizer que “eu apenas sou eu quando não sou eu e me faço diferente de mim mesmo”. (p.27)

Diante disso, e tendo por base que “conhecer é perceber e a base mesma da percepção é a autopercepção”, o documento afirma que a ideologia de gênero “erode os próprios fundamentos da capacidade cognitiva das pessoas” (p.28), afirmando que crianças submetidas a esse nível de problematização acerca do corpo e da identidade “difícilmente conseguirão se desenvolver intelectualmente”. E ainda, que “aos poucos, instala-se na mente dos alunos

uma estrutura psíquica que previamente rejeita toda e qualquer forma de verdade como autoritarismo e manipulação” (p.28).

A segunda consequência é a antropológica. O documento afirma que “a ideologia de gênero propõe demolir toda e qualquer noção de identidade”, afirmando que cada indivíduo é um “devir indefinido e indefinível” (p.28). Para o documento, expropriar o sujeito de sua identidade, ao contrário de criar cidadãos livres, cria-se personalidades profundamente céticas e verdadeiramente manipuláveis. O ser humano seria mera força de trabalho impessoal, útil ao mercado e vazia de significado. A negação da identidade, por sua vez, também é uma negação da alteridade. Novamente, volta-se para crianças, afirmando que desconstruir a identidade de crianças na escola é uma violação da dignidade humana, bem como um desrespeito com o papel orientador da família. Conclui dizendo que “induzir crianças a práticas corporais subversivas de sua identidade e a problematizar seus próprios corpos é uma agressão psíquica profunda, que deixa marcas traumáticas em sua personalidade para o resto de suas vidas.” (p.29).

149

A terceira consequência é ética. Para o documento, a ideologia de gênero quer a libertação do desejo do marco da racionalidade, o que asseguraria à sociedade uma nova forma de convivência democrática, de maneira que todas as formas de sexualidade seriam satisfeitas. O documento, porém, afirma que ao se rejeitar a ideia de que exista uma natureza humana, bem como de que é necessária a regulação do desejo pela racionalidade, há a destruição do fundamental para a compreensão de uma ética objetiva e compartilhada. Assim, afirma que sem valores morais a sociedade se desgoverna e o homem fica a mercê dos seus instintos mais baixos. (p.30)

A quarta consequência é de ordem sociopolítica. O documento parte do princípio de que a família é a célula madre e estrutura primária da sociedade e afirma que a ideologia de gênero tem como finalidade implodir a família e , conseqüentemente, a sociedade, deixando-a sujeita à condução por parte do

sistema financeiro. O ser humano se tornaria impessoal e também ficaria à mercê de um sistema totalmente impessoal.

A última consequência é a religiosa. O documento afirma que se esse ser humano está esvaziado de sua própria identidade, cético a qualquer verdade, por considerar aprioristicamente que isto seria uma forma de autoritarismo, e também reduzido a ser uma força impessoal de trabalho, fica claro que não se colocará o tema da transcendência, seja em nível metafísico, seja em nível teológico. Assim, para o texto, isso “será o completo eclipse de Deus e da espiritualidade na consciência das pessoas” (p.32). Por fim, encerra o capítulo afirmando que “a ideologia de gênero pretende suplantiar a maternidade, a paternidade, a família. Desde modo, fechará o acesso do homem à virtude, à transcendência, a Deus e à religião” (p. 33).

O último capítulo, intitulado “o que fazer diante da ideologia de gênero” fala sobre as atitudes concretas que podem ser tomadas diante do desafio da ideologia de gênero.

A primeira atitude seria fortalecer as famílias e proteger as crianças. Para tal, sugere ressensibilizar as famílias para o fato de que elas são a primeira instância educativa, bem como afirma que a escola “precisa representar de modo mais direto os interesses das famílias ao invés de se lhes contrapor”. O documento também afirma que “pretender que um sistema legal seja competente para ensinar cada indivíduo implica dar-lhe um poder que compromete a liberdade dos próprios indivíduos e da sociedade” e, assim, crê que o vínculo entre escola e família “é a única possibilidade para que haja a verdadeira humanização da sociedade”, sendo contrário a qualquer forma de manipulação da personalidade das crianças (p.36).

A segunda atitude seria a formação filosófica, pois o debate suscitado pela ideologia de gênero é fundamentalmente filosófico e, portanto, é necessária uma aguda formação filosófica para entender os termos do problema e resolvê-lo de modo satisfatório. A terceira atitude seria a pastoral da educação, que

pretende oferecer aos professores das comunidades cristãs os subsídios necessários para a compreensão do alcance da ideologia de gênero e os riscos que ela traz para as famílias, indivíduos e sociedades. Afirma que “como a retórica de gênero se serve da defesa das minorias como estratégia discursiva, muitas pessoas acabam propagando-a de boa fé, sem perceberem as suas consequências.” (p.37). Também diz que a ideologia de gênero está em contraste com a reta razão e com a fé e por isso, é necessário que os professores sejam conscientizados de acordo com o Documento de Aparecida, que fala sobre as diversas formas educacionais atuais no continente latinoamericano.

A quarta atitude seria a formação dos jovens, uma vez que a ideologia de gênero, “apesar de ser mais diretamente destinada à desconstrução da personalidade das crianças..., esta não deixa de causar desorientação na juventude, sobretudo impulsionando a erotização precoce e o ensino de uma sexualidade que prescinde da intrínseca orientação ao Matrimônio, à virtude da castidade, enfim, de uma sexualidade fundamentalmente hedonista” (p. 38).

A quinta atitude seria a questão da comunicação. O documento convida aos que trabalham com comunicação a ouvirem os dois lados do debate e procurar uma visão equilibrada sobre a temática, com respeito às pessoas e total clareza filosófica do assunto. Exorta para o fato de que “não podemos permitir que uma temática tão importante fique cativa de lugares-comuns e de opiniões superficiais” (p.40). Também fala sobre a importância das redes sociais para o “compartilhamento de bons conteúdos de formação sobre a complementaridade entre o homem e a mulher no amor conjugal, sobre a importância da família e os riscos de uma concepção que esvazia a noção mesma de identidade” (p.41)

Por último, é requerida a atitude do compromisso dos políticos cristãos. O documento exorta todos os políticos cristãos “a se oporem aos projetos de lei que visam a implantação da ideologia de gênero, bem como a todos os fiéis católicos que exijam de seus políticos uma postura clara em relação a este tema,

condicionando inclusive o seu voto de acordo com a clareza dos seus candidatos relativamente a essa matéria” (p.41).

Por fim, o documento é concluído com a afirmação de que o melhor modo de combater as formas de violência e discriminação é ensinado o amor no seio da família, “lugar de excelência da humanização do ser humano, ambiente propício para o desenvolvimento da própria identidade, para o amadurecimento afetivo, viveiro de virtudes e escola da fé” (p.44).

Diante do exposto, é possível dizer que o documento é claramente uma posição dogmática a respeito da temática do gênero. Ancorado no termo “ideologia de gênero”, termo este que não faz sentido para pesquisadores sérios a respeito da temática das questões de gênero, o documento se mostra extremamente raso no que tange aos fundamentos filosóficos, antropológicos e psicológicos que perpassam o debate atual sobre a questão. Da mesma forma, faz acusações sem fundamentação teórica acerca dos intuits daquilo que chama de ideologia de gênero, tais como o de querer a destruição da sociedade, das crianças, das famílias e dos processos cognitivos infantis.

A nosso ver, o documento contribui mais para uma visão estereotipada e preconceituosa acerca dos estudos sobre gênero, gerando mais medo de um suposto inimigo do cristianismo, do que um esclarecimento a respeito das pesquisas sérias que tem sido feitas nos âmbitos da filosofia, psicologia, antropologia e sociologia. Dessa forma, o documento se torna incoerente quando afirma que não se pode permitir que uma temática tão importante fique cativa de lugares-comuns e de opiniões superficiais, quando o mesmo documento parte dessa mesma premissa.

Por fim, infelizmente, o documento se mostra como mera resposta dogmática a um termo que não se coloca nas pesquisas sérias sobre a temática do gênero. O documento cria um inimigo que não existe e o combate com outros documentos feitos pela própria Igreja e que não dão respostas às questões que se colocam hoje, tais como a das diversidades afetivo-sexuais que

oprimem inúmeras pessoas cristãs, visto que os documentos oficiais não se preocuparam, ainda, em dar respostas teológicas a essas questões, focando-se somente nas respostas dogmáticas que, ao invés de gerar a vida, geram a morte e a exclusão de diversas pessoas que têm que conviver com sua sexualidade não compreendida pela Igreja que deveria ser acolhedora.

Nesse sentido, o documento é pouco pastoral, discriminatório e, mais grave ainda, extremamente fraco em suas fundamentações filosóficas e teológicas. O único texto bíblico utilizado foi o de Êxodo 3,14, quando o documento fala sobre a consciência do eu. A tradução utilizada, no entanto, também está errada de acordo com o texto hebraico. Javé diz “Eu serei o que serei”, revelando-se como o cumpridor da promessa feita ao seu povo de ser o seu libertador. Ou seja, está longe de afirmar uma essência imutável de Deus, como o texto quer sugerir em sua justificativa.

Diante disso, duas perguntas se fazem necessárias:

Seria esse documento a atestação da dificuldade que a Igreja Católica atual tem em lidar com questões contemporâneas, dentre as quais as de gênero e as da comunidade LGBTQI+ se mostram como ícones? Por que as respostas oficiais da Igreja têm sido somente no campo dogmático, ao invés de propor respostas teológicas para as questões atuais, para assim poder realmente fazer seu papel de ser comunidade de diálogo, amor e relação que gera vida?

Ressaltamos que, no cenário de nosso país (Brasil), em que diversas pessoas homossexuais morrem todo ano, é tarefa da teologia propor respostas teológicas, e não dogmáticas, para as questões que tangem as relações afetivo-sexuais na contemporaneidade.